

FUNDAÇÃO DONA MINDOCA RENNÓ MOREIRA

2023

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.815.448	4.994.164
Contas a receber	5	13.565	6.906
Impostos a recuperar		2.060	2.060
Convênios	8	149.824	-
		6.080.897	5.012.130
Não circulante			
Propriedade para investimento	6	36.634.588	37.056.140
Imobilizado	7	241.262	258.546
Intangível		20.260	20.260
		36.896.110	37.334.946
Total		42.877.007	42.338.076
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		7.062	35
Obrigações trabalhistas e sociais		5.824	3.214
Obrigações tributárias		3.119	106
Outras contas a pagar		3.804	8.998
Convênios	8	265.568	142.449
		357.377	19.498
Patrimônio Líquido	9		
Patrimônio social		7.497.687	6.880.327
Ajuste de avaliação patrimonial		34.264.035	34.685.587
Superávit acumulado		829.908	617.360
		42.591.630	42.183.274
Total		42.877.007	42.338.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	Nota	2023	2022
Receitas			
Receitas com aluguel		386.914	309.318
Receitas com doações e subvenções	11	16.145	29.031
Receita com trabalho voluntário	12	118.830	114.004
Receita convênios	8	416.522	316.383
		918.411	768.736
Custos e despesas operacionais e Outras receitas			
Despesa com pessoal		(19.250)	(34.430)
Despesa com serviços prestados		(54.737)	(22.253)
Despesa com trabalho voluntário	12	(118.830)	(114.004)
Depreciação e amortização		(438.836)	(450.709)
Despesas com assistência social		(51.899)	(62.220)
Despesas com imóveis para locação		(63.701)	(55.708)
Despesas gerais		(39.566)	(102.277)
Despesas com convênios	8	(416.522)	(316.383)
Outras receitas		68.803	68.582
		(1.124.825)	(1.389.385)
Resultado financeiro líquido	13	604.473	505.583
Superávit do exercício		408.356	184.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2023	2022
Superávit do exercício	408.356	184.917
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	408.356	184.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.880.327	34.685.587	617.360	42.183.274
Transferência para patrimônio social	421.985	-	(421.985)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	(432.443)	432.443	-
Deficit do exercício	-	-	184.917	184.917
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.497.687	34.264.035	829.908	42.591.630
Transferência para patrimônio social	617.360	-	(617.360)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	(421.552)	421.552	-
Deficit do exercício	-	-	408.356	408.356
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.115.047	33.842.483	1.239.264	43.196.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	408.356	184.917
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os efeitos operacionais das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	17.284	18.266
Depreciação das propriedades para investimentos	421.552	(32.443)
	847.192	630.626
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas a receber	(1.859)	(6.506)
Impostos a recuperar	-	(2.060)
Fornecedores	7.027	(549)
Convênios	(26.705)	(14.237)
Obrigações trabalhistas e sociais	2.610	(1.473)
Obrigações tributárias	3.017	(1.313)
Outras contas a pagar	(5.194)	7.352
	(25.908)	(14.282)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de intangível	-	(2.791)
Cancelamento de uma dívida por acordo	-	15.500
	-	12.709
Mudanças líquidas em caixa e equivalentes de caixa	822.448	612.944
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.994.164	4.375.615
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.815.448	4.994.164
Atividade financeira de caixa e equivalentes de caixa	822.448	612.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM ("Fundação") é uma entidade constituída em forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos domiciliada no Brasil, com autonomia administrativa e funcional, com duração por prazo indeterminado. A Fundação tinha, até o ano de 2015, por objeto principal a manutenção da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ("ETE-FMC"), localizada na cidade de Santa Rita do Sapucaí – MG. A Fundação é detentora de Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto 55.614 de 21 de janeiro de 1965 emitido pela União – Ministério da Justiça, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto 6.423 de 7 de dezembro de 1961 emitido pelo Estado de Minas Gerais, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei 4.445 de 30 de dezembro de 1958 emitido pelo Município de Santa Rita do Sapucaí, registrado na União – Conselho Nacional de Assistência Social, contendo registro nº 000.117156/1958-30 – com Protocolo de Renovação nº 23123.001336/2011-60 e Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) conforme Resolução 07 de 3 de fevereiro de 2009.

A partir de 1º de janeiro de 2016 a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira transferiu a manutenção da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE-FMC para a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ("ANEAS"), a quem caberá a responsabilidade de desenvolver as atividades de educação profissional de nível técnico, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

A transferência da manutenção não afetou as atividades da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira a qual continuará a prestar os seus serviços de engenharia e atividades técnicas de eletrônica, com suporte da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE-FMC.

Na operação de transferência da manutenção, nenhuma parcela do patrimônio da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, mantenedora sucedida da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE-FMC, foi transferida ou absorvida pela Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEAS, sendo assim, não houve nenhuma transferência ou compensação financeira a qualquer das duas instituições. Além disso, a propriedade do imóvel localizado na Avenida Simão Moreira, 350, sede das operações da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa – ETE-FMC, permaneceu na Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira e não será transferido para a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEAS.

Esse evento está suportado pelos acordos firmados entre Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEAS e a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira e foi devidamente referendado pela Câmara dos Fundadores do Estado de Minas Gerais, órgão responsável pelo velamento das fundações, conforme Resolução Nº 001/2015 – Ministério Público do Estado de Minas Gerais – 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita do Sapucaí – 11 de junho de 2015 que aprovou o Convênio a ser celebrado entre as entidades envolvidas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2015/1FG2002R1, que aprovou a interpretação técnica ITCG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucro".

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Fundação em 28 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir desses valores. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência dos exercícios.

(b) Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Conforme a NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão dispostas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução no valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Fundação são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), classificados no valor justo por meio do resultado, e Contas a receber (Nota 5), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, ou for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Fundação estão substancialmente representados por fornecedores e outras contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

(c) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação das demonstrações financeiras totais em conjunto, são ajustados ao seu valor presente.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem valores em caixa e depósitos bancários prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitos a um risco significativo de mudança de valor. Não avaliados pelo custo de aquisição, acessíveis dos rendimentos, se aplicável, que não ultrapassem seus respectivos valores de mercado.

(e) Contas a receber

São apresentadas ao valor presente de realização, basicamente representam os aluguéis ainda não recebidos sobre as propriedades para investimentos que estão locadas. As perdas estimadas para os créditos com liquidação duvidosa foram constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são as propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento da Fundação são mensuradas e apresentadas pelo seu valor de custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas e qualquer provisão de perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (ver nota explicativa nº 6).

(g) Ativo imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (ver nota explicativa nº 7).

(h) Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e utilizar o software específico. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimada usando o método linear.

(i) Avaliação de impairment de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(k) Novos pronunciamentos, revisões e interpretações

Novas normas e alterações em vigor no exercício corrente:

• CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis / IAS 1 - Presentation of Financial Statements / IFRS 2 - Practice Statements: Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las.

• CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro / IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors: Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

• CPC 50 Contratos de seguro / IFRS 17 - Insurance Contracts: Em 10 de janeiro de 2023, entrou em vigor a Norma IFRS 17 / CPC 50 "Contratos de Seguros", em particular, todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro.

• IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de desmontagem e restauração.

• IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE (Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A administração da Fundação avalia as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Novas normas revisadas e emitidas, mas ainda não vigentes:

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

• IAS 1 - Presentation of Financial Statements / IFRS 2 - Practice Statements: Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por, no mínimo, doze meses da data do balanço patrimonial.

• IAS 7 - Statement of cash flows / IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures: Explica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo atenuar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

• IFRS 16 - Leasing: Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

• IAS 21 - The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates: Moeda não passível de conversão

A Administração da Fundação está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	391	515
Banco conta movimento	46.249	35.460
Banco conta movimento - convênios com entidades públicas e privadas	7.323	142.449
Aplicações financeiras - convênio com entidades públicas e privadas	108.421	-
Aplicações financeiras	5.653.064	4.815.740
Total	5.815.448	4.999.164

Os recursos estão aplicados em fundos de renda fixa e CDB's - Certificados de Depósitos Bancários, ambos de liquidez imediata, com taxas que variam entre 100% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber

Descrição	2023	2022
Aluguéis a receber	13.565	6.906
Total	13.565	6.906

As contas a receber são oriundas de aluguéis a receber dentro do exercício corrente que não foram liquidados.

6. Propriedades para investimento

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Valor Líquido	2022 Valor Líquido
Terrenos	-	21.658.983	-	21.658.983	21.658.983
Edificações	2,08 a 3,33% a.a.	22.887.850	(7.912.245)	14.975.605	15.397.157
		44.546.833	(7.912.245)	36.634.588	37.056.140

Movimentação do exercício de 2023

Descrição	2022	Adições	2023
Terrenos	21.658.983	-	21.658.983
Edificações	22.887.850	-	22.887.850
	44.546.833	-	44.546.833
Depreciação acumulada	(7.490.693)	(421.552)	(7.912.245)
	37.056.140	(421.552)	36.634.588

Movimentação do exercício de 2022

Descrição	2021	Adições	2022
Terrenos	21.658.983	-	21.658.983
Edificações	22.887.850	-	22.887.850
	44.546.833	-	44.546.833
Depreciação acumulada	(7.058.250)	(432.443)	(7.490.693)
	37.488.633	(432.443)	37.056.140

As propriedades para investimento incluem os terrenos e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros por período não cancelável de 30 meses com o valor anual do aluguel indexado a inflação. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 30 meses. Nenhum aluguel é recebido.

De acordo com a NBC T17 28 (R1) - Propriedade para investimento, no exercício de 2022, a administração procedeu a avaliação dos imóveis destinados a propriedade para investimento a fim de apurar o seu valor justo, mediante a contratação de empresa especializada, os quais foram avaliados ao montante de R\$ 77.279.209. A administração realiza a avaliação a cada 3 (três) anos, sendo que, a próxima será realizada no exercício de 2025.

7. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Valor Líquido	2022 Valor Líquido
Veículos	25% a.a.	7.900	(7.900)	-	-
Móveis e utensílios	10% a.a.	4.212.798	(3.971.536)	241.262	258.546
		4.220.698	(3.979.436)	241.262	258.546

Movimentação do exercício de 2023

Descrição	2022	Adições	2023
Veículos	7.900	-	7.900
Móveis e utensílios	4.212.798	-	4.212.798
	4.220.698	-	4.220.698
Depreciação acumulada	(3.962.152)	(17.284)	(3.979.436)
	258.546	(17.284)	241.262

Movimentação do exercício de 2022

Descrição	2021	Adições	2022
Veículos	7.900	-	7.900
Móveis e utensílios	4.212.798	-	4.212.798
	4.220.698	-	4.220.698
Depreciação acumulada	(3.943.886)	(18.266)	(3.962.152)
	276.812	(18.266)	258.546

8. Convênios

8.1 Ativo

Descrição	2023	2022
Metagal Indústria e Comércio Ltda. - Conexão esportiva (a)	149.824	-
	149.824	-

8.1 Passivo

Descrição	2023	2022
Metagal Indústria e Comércio Ltda. - Conexão esportiva (a)	258.245	-
Prefeitura - Conexão esportiva	-	104.291
Prefeitura - FIA - Projeto bolsa alimentação e kit maleta de equipamentos eletrônicos (b)	7.323	38.158
Total	265.568	142.449

(a) O saldo de convênios refere-se ao Termo de Compromisso realizado entre a empresa Metagal Indústria e Comércio Ltda e a Fundação, para execução do Projeto Esportivo - Conexão Esportiva - Fase IV. O valor total do incentivo sem de R\$ 258.245.

(b) O saldo remanescente de R\$ 7.323 refere-se ao projeto a ser realizado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí - MG e a Fundação, com recursos do FIA (Fundação de Infância e Adolescência), para execução do Projeto bolsa alimentação e kit de materiais de equipamentos eletrônicos. O valor total do incentivo foi de R\$ 47.712, representado por R\$ 32.712 e R\$ 15.000, relativos a bolsa alimentação e kit de materiais, respectivamente.

Apresentamos abaixo os impactos nas demonstrações financeiras dos convênios com entidades privadas e públicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Descrição	Entidades Privadas	Entidades Públicas	2023
Ativo circulante	258.245	7.323	265.568
Banco conta movimento (Nota 4)	-	7.323	7.323
Aplicações financeiras (Nota 4)	108.421	-	108.421
Convênios	149.824	-	149.824
Passivo circulante	258.245	7.323	265.568
Convênios	258.245	7.323	265.568
Resultados	-	-	-
Receita convênios	-	416.522	416.522
Despesa convênios	-	(416.522)	(416.522)
Impacto líquido nos resultados patrimoniais e de resultado	-	-	-

Descrição	Entidades Privadas	Entidades Públicas	2022
Ativo circulante	142.449	142.449	284.898
Banco conta movimento (Nota 4)	-	142.449	142.449
Passivo circulante	142.449	142.449	284.898
Convênios	142.449	142.449	284.898
Resultados	-	-	-
Receita convênios	206.919	109.464	316.383
Despesa convênios	(206.919)	(109.464)	(316.383)
Impacto líquido nos resultados patrimoniais e de resultado	-	-	-

9. Patrimônio líquido

9.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos no atendimento de seus objetivos institucionais, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit líquido do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. No caso de extinção da Fundação, seu patrimônio, por vontade expressa da instituição, será incorporado ao da Fundação Fideiuciarista Santa-Ritense.

9.2 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do "deemed cost", da rubrica de imóveis das propriedades para investimentos - ativos imobilizados, com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação, baixa e ou provisão para realização dos referidos ativos. Não foram constituídos os impostos diferidos em decorrência de a Fundação possuir imunidade tributária.

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Fundação não possuía processos ou questionamentos de natureza cível, trabalhista e tributária, classificados pelos seus assessores jurídicos como risco de perda provável e ou possível que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências ou a divulgação em notas explicativas.

11. Receitas com doações e subvenções

A Fundação recebe no decorrer dos exercícios as seguintes doações e subvenções abaixo:

Descrição	2023	2022
Doativos em dinheiro	16.145	29.031
Total	16.145	29.031

Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos Convênios, ficando também toda documentação a disposição em conformidade com a legislação aplicável.

12. Trabalho voluntário

Atendendo à resolução nº 2015/ITG 2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros", que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Fundação.

A Fundação valorizou as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos de administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício no grupo de receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 a Fundação registrou o montante de R\$ 118.830 (R\$ 114.094 em 2022) referente a trabalhos voluntários.

Descrição	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	610.353	514.281
Outras receitas	1.096	538
	611.449	514.819
Despesas financeiras		
Multas por pagamentos em atraso	(33)	(15)
Tarifas bancárias	(6.943)	(9.221)
	(6.976)	(9.236)
Total	604.473	505.583

14. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002(R1) - entidade sem fins de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Fundação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes:

- Incidentes sobre a receita tributável (PIS 0,65%, COFINS 3%);
- Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%);

Resaltando que se trata dos principais impostos e contribuições, em função da Fundação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal e em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

15. Cobertura de seguros

A Fundação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

16. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

Risco de crédito;

Risco de liquidez e

Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Fundação.

A Administração da Fundação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Fundação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha desta em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Fundação mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

Risco de liquidez

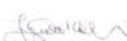
Risco de liquidez é o risco em que a Fundação poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A Fundação utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar.

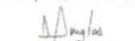
17. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou a conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das Demonstrações Financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Santa Rita do Sapucaí, 28 de fevereiro de 2024.


João Geraldo Kotling
Presidente
CPF: 398.863.109-44


Alexandre Loures Barbosa
Diretor Executivo FDMRM
CPF: 568.541.846-00


Douglas Rodolfo Papale
Contabilista
CRC MG-087.164/0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Dona Mindoca Renno Moreira – FDMRM - Santa Rita do Sapucaí - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Dona Mindoca Renno Moreira – FDMRM ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dona Mindoca Renno Moreira – FDMRM em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

• Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1


Fábio Delizze Pino
Contador
CRC 1SP251154/O-9


Rogério Guimarães
Contador
CRC 1NP336932/O-3

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Dona Mindoca Renno Moreira – FDMRM

Santa Rita do Sapucaí – MG

Como parte integrante do exame de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Fundação Dona Mindoca Renno Moreira – FDMRM ("Fundação"), efetuamos um estudo e avaliação dos controles internos como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria, para emitirmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Nosso trabalho não foi executado para emitir uma opinião sobre os sistemas contábil e de controles internos.

A administração da Fundação é responsável pelo planejamento, implantação e operação dos sistemas contábeis e de controles internos, e no cumprimento da sua função faz estimativas e analisa a relação custo-benefício de implantar e manter em funcionamento diversos controles que proporcionem à administração uma base para assegurar-se que seus ativos estão salvaguardados contra perdas, que as transações são devidamente autorizadas e registradas e que as demonstrações financeiras elaboradas a partir desses registros apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e as mutações do seu patrimônio líquido. Considerando que nossos trabalhos foram realizados em base de testes e com a finalidade de apreciar a adequação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, este relatório não constitui garantia de inexistência de erros ou imprecisões relacionadas a controles internos e assuntos que não afetam as demonstrações financeiras. Assim, outras recomendações e observações poderão ser originadas por trabalhos específicos futuros.

Neste contexto, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos, passíveis de recomendações de melhoria e/ou aprimoramento.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1


Fábio Delizze Pino
Contador
CRC 1SP251154/O-9


Rogério Guimarães
Contador
CRC 1NP336932/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DONA MINDOCA RENNO MOREIRA

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação Dona Mindoca Renno Moreira, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Notas Explicativas, as Demonstrações Financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, as respectivas Demonstrações do Superávit I Deficit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e inclusive o relatório da Crowe Macro Auditores Independentes, CRC 2SP033508/O-1 datado em 28 de fevereiro de 2024, que lhes foram apresentados e tendo obtido todos os esclarecimentos e informações solicitadas a administradores e encontrado tudo em ordem, são de parecer que os referidos documentos refletem a real situação econômica e financeira da Entidade.

Santa Rita do Sapucaí, 19 de março de 2024.


Sr. Eduardo Abranches Silva Lopes
CPF: 014.073.956-45


Prof. Antonio Marcos de Souza
CPF: 086.726.658-99


Ir. Erick Souto Viana
CPF: 889.947.594-68

